

CONTRATO DE REPASSE Nº 843574/2017/ME/CAIXA
PROCESSO Nº 2691.1038353-77/2017

CONTRATO DE REPASSE QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE, REPRESENTADO(A) PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E O(A) MUNICÍPIO DE BAEPENDI, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS.

Por este Instrumento Particular, as partes abaixo nominadas e qualificadas, têm, entre si, justo e acordado o Contrato de Repasse de recursos orçamentários da União, em conformidade com este Contrato de Repasse e com a seguinte regulamentação, Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e suas alterações, Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e suas alterações, Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016, Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, Diretrizes Operacionais do Gestor do Programa para o exercício, Contrato de Prestação de Serviços (CPS) firmado entre o Gestor do Programa e a Caixa Econômica Federal e demais normas que regulamentam a espécie, as quais os contratantes se sujeitam, desde já, na forma ajustada a seguir:

SIGNATÁRIOS

I – CONTRATANTE – A União Federal, por intermédio do Gestor do Programa Ministério do Esporte, representada pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969 e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 6 de março de 1970, regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, publicado no DOU de 01/04/2013, e retificação publicada no DOU de 05/04/2013, e alterado pelo Decreto nº 8.199, de 26 de fevereiro de 2014, publicado no DOU de 27/02/2014, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.360.305/0001-04, na qualidade de Mandatária da União, nos termos dos instrumentos supracitados, neste ato representada por JOSÉ ANTONIO DA SILVA, RG nº M3340560, expedido por SSP/MG, CPF nº 398.009.386-72, residente e domiciliado(a) em Poços de Caldas/MG, conforme procuração lavrada no 2º Tabelião de Notas e Protesto de Brasília/DF, livro 3217-P, fls 13 e 14, em 11/08/2016 e com substabelecimento lavrado no 2º Tabelião de Notas e Protesto, livro 3234-P, fls 158 em 06/12/2016, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE.

II – CONTRATADO – MUNICÍPIO DE BAEPENDI, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 18.008.862/0001-26, neste ato representado pelo respectivo Prefeito Municipal, Senhor HILTON LUIZ DE CARVALHO ROLLO, portador(a) do RG nº M- 1770798 expedido por SSP/MG, e CPF nº 047.619.058-40, residente e domiciliado(a) em RUA ISABEL FORTES BUSTAMANT Nº 70 - BOA VISTA, doravante denominado(a) simplesmente CONTRATADO.

CONDIÇÕES GERAIS

I - OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE
IMPLANTACAO E/OU MODERNIZACAO DA INFRAESTRUTURA PARA ESPORTE EDUCACIONAL, RECREATIVO E LAZER NO MUNICIPIO DE BAEPENDI.

II - MUNICÍPIO(S) BENEFICIÁRIO(S)
Baependi - MG.

III - CONTRATAÇÃO SOB LIMINAR

Não Sim

Apenas no caso de contratação sob liminar, aplica-se a Cláusula Décima Sétima desse Contrato de Repasse – Condições Gerais.

IV – CONTRATAÇÃO SOB CONDIÇÃO SUSPENSIVA

Não Sim

Documentação: Área de Intervenção e Técnica de Engenharia.

Prazo para entrega da documentação pelo CONTRATADO: 08 (oito) meses.

Prazo para análise pela CAIXA após apresentação da documentação: 01 (um) mês.

V - DESCRIÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Recursos do Repasse da União R\$ 243.750,00 (duzentos e quarenta e três mil e setecentos e cinquenta reais)

27.941 v009 micro

Recursos da Contrapartida aportada pelo CONTRATADO E/OU UNIDADE EXECUTORA R\$ 6.250,00 (seis mil e duzentos e cinquenta reais).

Recursos do Investimento (Repasse + Contrapartida) R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Nota de Empenho nº 2017NE800113, emitida em 07/06/2017, no valor de R\$ R\$ 243.750,00 (duzentos e quarenta e três mil e setecentos e cinquenta reais), Unidade Gestora 180006, Gestão 00001.

Programa de Trabalho: 27812203554500031.

Natureza da Despesa: 444042.

Conta Vinculada do CONTRATADO: agência nº 0098, conta nº 006.00647029-0.

VI - PRAZOS

Data da Assinatura do Contrato de Repasse: 24/10/2017.

Término da Vigência Contratual: 30 de Setembro de 2020.

Prestação de Contas: até 60 (sessenta) dias após o término da vigência contratual ou conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro.

Arquivamento: 10 anos contados da apresentação da prestação de contas pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA ou do decurso do prazo para apresentação da prestação de contas.

VII - FORO

Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

VIII - ENDEREÇOS

Endereço para entrega de correspondências ao CONTRATADO: PCA CEL CORNELIO MAGALHAES -97 -CENTRO - CEP 37443-000 - Baependi - MG.

Endereço para entrega de correspondências à CONTRATANTE: Poços de Caldas/MG.

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS:

Endereço eletrônico do CONTRATADO: hitinhorollo@gmail.com; pmb.wagner@yahoo.com.br; pollyanasene@yahoo.com.br.

Endereço eletrônico do CONTRATANTE: sr2691@caixa.gov.br.

Pelo presente instrumento, as partes nominadas no Contrato de Repasse, pactuam as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PLANO DE TRABALHO E DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA

1 – O Plano de Trabalho aprovado no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) é parte integrante do presente Contrato de Repasse, independente de transcrição.

1.1 – A eficácia deste Instrumento está condicionada à apresentação pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA de toda a documentação relacionada no item IV das Condições Gerais deste Contrato, bem como à análise favorável pela CONTRATANTE, dentro dos prazos estabelecidos no mesmo item.

1.1.1 – O prazo fixado para atendimento da condição suspensiva poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período:

1.1.2 – O CONTRATADO E/OU UNIDADE EXECUTORA, desde já e por este Instrumento, reconhece e dá sua anuência que o não atendimento das exigências no prazo fixado ou a não aprovação da documentação pela CONTRATANTE implicará a rescisão de pleno direito do presente Contrato de Repasse, independente de notificação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2 – Como forma mútua de cooperação na execução do objeto do Contrato de Repasse, são obrigações das partes:

2.1 – DA CONTRATANTE

- I. analisar e aceitar a documentação técnica, institucional e jurídica das propostas selecionadas;
- II. celebrar o Contrato de Repasse, após atendimento dos requisitos pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, e publicar seu extrato, no Diário Oficial da União (DOU), e respectivas alterações, se for o caso;
- III. acompanhar e atestar a execução físico-financeira do objeto previsto no Plano de Trabalho, com os correspondentes registros nos sistemas da União, utilizando-se para tanto dos recursos humanos e tecnológicos da CONTRATANTE;
- IV. transferir ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA os recursos financeiros, na forma do cronograma de desembolso aprovado, observado o disposto na Cláusula Quinta deste Instrumento;
- V. comunicar a assinatura e liberação de recursos ao Poder Legislativo na forma disposta na legislação;
- VI. monitorar e acompanhar a conformidade física e financeira durante a execução do presente instrumento;
- VII. analisar eventuais solicitações de reprogramação dos Projetos Técnicos, submetendo-as, quando for o caso, ao Gestor do Programa, mediante o pagamento de taxa de reanálise;

- VIII. verificar a realização do procedimento licitatório pelo CONTRATADO, atendo-se à documentação no que tange: a contemporaneidade do certame, aos preços do licitante vencedor e sua compatibilidade com os preços de referência, ao respectivo enquadramento do objeto ajustado com o efetivamente licitado, ao fornecimento de declaração expressa firmada por representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis, ou registro no SICONV que a substitua;
- IX. aferir a execução do objeto pactuado, conforme pactuado no Plano de Trabalho, por meio da verificação da compatibilidade entre estes e o efetivamente executado, assim como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos, de acordo com o disposto na Cláusula Quinta;
- X. verificar a existência da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, quando se tratar de obras e serviços de engenharia;
- XI. designar, em 10 dias contados da assinatura do instrumento, os servidores ou empregados responsáveis pelo seu acompanhamento;
- XII. divulgar em sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;
- XIII. fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas ao Contrato de Repasse independente de autorização judicial;
- XIV. notificar previamente o CONTRATADO a inscrição como inadimplente no SICONV, quando detectadas impropriedades ou irregularidades no acompanhamento da execução do objeto do instrumento, devendo ser incluída no aviso a respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar, e o Poder Legislativo do órgão responsável pelo instrumento;
- XV. notificar o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA quando não apresentada a Prestação de Contas dos recursos aplicados, ou quando constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, instaurando, se for o caso, a competente Tomada de Contas Especial;
- XVI. receber e analisar a prestação de contas encaminhada pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, bem como notificá-lo quando da não apresentação no prazo fixado e ainda quando constatada a má aplicação dos recursos, instaurando, se for o caso, a correspondente Tomada de Contas Especial;
- XVII. solicitar à instituição financeira albergante da conta vinculada a devolução imediata dos saldos remanescentes dessa conta específica do instrumento para a conta única do Tesouro Nacional, nos casos aplicáveis.
- XVIII. assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou de ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;
- XIX. realizar tempestivamente no SICONV os atos e os procedimentos relativos ao acompanhamento da execução do objeto, registrando no SICONV os atos que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema, mantendo-os atualizados.

2.2 – DO CONTRATADO

- I. consignar no Orçamento do exercício corrente ou, em lei que autorize sua inclusão, os recursos necessários para executar o objeto do Contrato de Repasse e, no caso de investimento que extrapole o exercício, consignar no Plano Plurianual os recursos para atender às despesas em exercícios futuros que, anualmente constarão do seu Orçamento;
- II. observar as condições para recebimento de recursos da União e para inscrição em restos a pagar estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- III. comprometer-se, nos casos em que couber a instituição da contribuição de melhoria, nos termos do Código Tributário Nacional, a não efetuar cobrança que resulte em montante superior à contrapartida aportada ao Contrato de Repasse;
- IV. definir o regime de execução, direto ou indireto, do objeto do Contrato de Repasse;
- V. elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado e apresentar toda documentação jurídica, técnica e institucional necessária à celebração do Contrato de Repasse, de acordo com os normativos do programa, bem como apresentar documentos de titularidade domínial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável;
- VI. executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Contrato de Repasse, observando prazos e custos, designando profissional habilitado e com experiência necessária ao acompanhamento e controle das obras e serviços com a respectiva ART da prestação de serviços de fiscalização a serem realizados.
- VII. Apresentar ao CONTRATANTE declaração de capacidade técnica, indicando o servidor ou servidores que acompanharão a obra ou serviço de engenharia.
- VIII. assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela CONTRATANTE ou pelos órgãos de controle;
- IX. selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Gestor do Programa, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando à CONTRATANTE sempre que houver alterações;
- X. realizar o processo licitatório, sob sua inteira responsabilidade, quando optar pelo regime de execução indireta, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações ou da Lei 12.462, de 04 de agosto de 2011 e sua regulamentação, e demais normas pertinentes à matéria, assegurando a correção dos procedimentos legais,

- a suficiência do projeto básico, da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) utilizado e o respectivo detalhamento de sua composição;
- XI. apresentar declaração expressa firmada por representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, ou registro no SICONV que a substitua, atestando o atendimento das disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório;
 - XII. exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o CTEF – Contrato de Execução e/ou Fornecimento de Obras, Serviços ou Equipamentos.
 - XIII. estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do Contrato de Repasse, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;
 - XIV. no caso dos Estados, Municípios e Distrito Federal, notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no município ou Distrito Federal quando ocorrer a liberação de recursos financeiros pela CONTRATANTE, em conformidade com a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;
 - XV. operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Contrato de Repasse, após sua execução, de forma a possibilitar a sua funcionalidade;
 - XVI. prestar contas dos recursos transferidos pela CONTRATANTE destinados à consecução do objeto no prazo fixado no Contrato de Repasse;
 - XVII. fornecer à CONTRATANTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;
 - XVIII. prever no edital de licitação e no CTEF que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado;
 - XIX. realizar tempestivamente no SICONV os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, licitação, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial do Contrato de Repasse e registrar no SICONV os atos que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema, mantendo-os atualizados;
 - XX. instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do CTEF ou gestão financeira do Contrato de Repasse, comunicando tal fato à CONTRATANTE;
 - XXI. registrar no SICONV o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com o seu respectivo CNPJ, o termo de homologação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos, a ART dos projetos, dos executores e da fiscalização de obras, e os boletins de medições;
 - XXII. manter um canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento pela União de manifestações dos cidadãos relacionados ao convênio, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias;
 - XXIII. incluir nas placas e adesivos indicativos das obras, quando o objeto do instrumento se referir à execução de obras de engenharia, informação sobre canal para o registro de denúncias, reclamações e elogios, conforme previsto no "Manual de Uso da Marca do Governo Federal - Obras" da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República;
 - XXIV. ao tomar ciência de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar os Ministérios Público Federal e Estadual e a Advocacia Geral da União.
 - XXV. adotar o disposto nas Leis nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e no Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, relativamente à promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência física ou com mobilidade reduzida;
 - XXVI. compatibilizar o objeto do Contrato de Repasse com normas e procedimentos de preservação ambiental municipal, estadual ou federal, conforme o caso;
 - XXVII. prever no edital de licitação as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI que integram o orçamento do projeto básico da obra e/ou serviço, em cumprimento ao art. 7º, §2º, inciso II, da Lei 8.666/93 c/c a Súmula nº 258 do Tribunal de Contas da União;
 - XXVIII. nos casos de transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, observar o disposto no Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, e suas alterações, nas licitações que realizar, no caso de contratação de obras ou serviços de engenharia, bem como apresentar à CONTRATANTE declaração firmada pelo representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA acerca do atendimento ao disposto no referido Decreto;
 - XXIX. utilizar, para aquisição de bens e serviços comuns, a modalidade pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do regulamento previsto no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, preferencialmente a sua forma eletrônica, devendo ser justificada pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a impossibilidade de sua utilização;
 - XXX. apresentar declaração expressa ou fornecer declaração emitida pela empresa vencedora da licitação, atestando que esta não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação;
 - XXXI. registrar no SICONV as atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades;
 - XXXII. inserir, quando da celebração de contratos com terceiros para execução do objeto do Contrato de Repasse, cláusula que obrigue o terceiro a permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis;

- XXXIII. atestar, por meio do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010;
- XXXIV. consultar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, sendo vedada a participação na licitação ou contratação de empresa que consta como impedida ou suspensão;
- XXXV. consultar no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, no que tange a registro de ato de improbidade administrativa e inelegibilidade supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça;
- XXXVI. apresentar à CONTRATANTE relatório de execução do empreendimento contendo informações sobre a execução físico-financeira do Contrato de Repasse, bem como da integralização da contrapartida, em periodicidade compatível com o cronograma de desembolso estabelecido;
- XXXVII. responsabilizar-se pela conclusão do empreendimento quando o objeto do Contrato de Repasse prever apenas sua execução parcial e for etapa de empreendimento maior, a fim de assegurar sua funcionalidade;
- XXXVIII. divulgar, em qualquer ação promocional relacionada ao objeto e/ou objetivo do Contrato de Repasse, o nome do Programa, a origem do recurso, o valor do repasse e o nome do CONTRATANTE e do Gestor do Programa, como entes participantes, obrigando-se o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a comunicar expressamente à CAIXA a data, forma e local onde ocorrerá a ação promocional, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
- XXXIX. comprometer-se a utilizar a assinatura do Gestor do Programa acompanhada da marca do Governo Federal nas publicações decorrentes do Contrato de Repasse, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
- XL. responder solidariamente, os entes consorciados, no caso da execução do objeto contratual por consórcios públicos;
- XLI. aplicar, no SICONV, os recursos creditados na conta vinculada ao Contrato de Repasse em caderneta de poupança, se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a um mês, e realizar os pagamentos de despesas do Contrato de Repasse também por intermédio do SICONV, observadas as disposições contidas na Cláusula Sétima deste Instrumento;
- XLII. autorizar o CONTRATANTE ou sua mandatária para que solicitem junto à instituição financeira albergante da conta vinculada, a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União, caso os recursos não sejam utilizados no objeto da transferência pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias;
- XLIII. autorizar ao CONTRATANTE solicitar, à instituição financeira albergante da conta vinculada, o resgate dos saldos remanescentes, nos casos em que não houver a devolução dos recursos no prazo previsto;
- XLIV. estar ciente sobre a não sujeição ao sigilo bancário, quanto a União e respectivos órgãos de controle, por se tratar de recurso público;
- XLV. dar ciência da celebração do Contrato de Repasse ao conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência, quando houver;
- XLVI. divulgar em sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;
- XLVII. disponibilizar, em sítio oficial na internet, ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do instrumento ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e o detalhamento da aplicação dos recursos/, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, podendo ser suprida a publicação na internet pela inserção de link na página oficial do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA que possibilite acesso direto ao Portal de Convênios.
- XLVIII. indicar a obrigatoriedade de contabilização e guarda dos bens remanescentes e manifestar compromisso de utilização dos bens para assegurar a continuidade de programa governamental, estando claras as regras e diretrizes de utilização;
- XLIX. responder, na figura de seus titulares, na medida de seus atos, competências e atribuições o CONTRATADO e solidariamente, quando for o caso, a UNIDADE EXECUTORA, por desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do instrumento;
- L. tomar outras providências necessárias à boa execução do objeto do Contrato de Repasse;
- LI. cumprir o disposto no art. 217, inciso II, da Constituição Federal, que versa sobre o dever do Estado de fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observada a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3 – A CONTRATANTE transferirá, ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, até o limite do valor dos Recursos de Repasse descrito no item V das CONDIÇÕES GERAIS e de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho.

3.1 – O CONTRATADO aportará o valor dos Recursos de Contrapartida descrito no item V das CONDIÇÕES GERAIS de acordo com os percentuais e as condições estabelecidas na legislação vigente e de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho à conta de recursos alocados em seu orçamento.

3.2 – Os recursos transferidos pela União e os recursos do CONTRATADO destinados ao presente Contrato de Repasse, figurarão no Orçamento do CONTRATADO, obedecendo ao desdobramento por fontes de recursos e elementos de despesa.

3.3 – Recursos adicionais necessários à consecução do objeto do presente Contrato de Repasse terão o seu aporte sob responsabilidade exclusiva do CONTRATADO.

3.4 – Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, na conta vinculada a este Contrato de Repasse, em agência da CAIXA, isenta de cobrança de tarifas bancárias.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DO OBJETO

4 – O CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, por meio deste Instrumento, manifesta sua expressa concordância em aguardar a autorização escrita da CONTRATANTE para o início da execução do objeto deste Contrato de Repasse.

4.1 – A autorização ocorrerá após a finalização do processo de análise pós-contratual e o crédito de recursos de repasse na conta vinculada, conforme diretrizes da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU 424/2016 e do Gestor do Programa.

4.2 – Eventual execução do objeto realizada antes da autorização da CONTRATANTE não será objeto de medição para liberação de recursos até a emissão da autorização acima disposta.

4.3 – Caso a contratação seja efetuada no período pré-eleitoral, o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA declara estar ciente de que a autorização de início de objeto e a liberação dos recursos somente ocorrerá após finalizado o processo eleitoral a se realizar no mês de outubro, considerada, inclusive, a eventual ocorrência de segundo turno, em atendimento ao artigo 73, inciso VI, alínea "a" da Lei nº 9.504/97.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO, LIBERAÇÃO E DESBLOQUEIO DE RECURSOS

5. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a sua plena execução, respondendo o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento, não cabendo a responsabilização do CONTRATANTE por inconformidades ou irregularidades praticadas pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, salvo nos casos em que as falhas decorrerem de omissão de responsabilidade atribuída ao CONTRATANTE.

5.1 No acompanhamento da execução do objeto serão verificados:

- I – a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;
- II – a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no plano de trabalho, os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
- III – a regularidade das informações registradas pelo CONTRATADO no SICONV;
- IV – o cumprimento das metas do plano de trabalho nas condições estabelecidas.
- V – a conformidade financeira

5.2 O CONTRATANTE comunicará ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica apurados durante a execução do instrumento, suspendendo o desbloqueio de recursos, ficando estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

5.3 O CONTRATANTE reportará decisão quanto à aceitação ou não das justificativas apresentadas e, se for o caso, realizará procedimento de apuração de dano ao erário, ensejando registro de inadimplência no SICONV e imediata instauração de Tomada de Contas Especial.

5.4 – A liberação dos recursos financeiros obedecerá ao cronograma de desembolso de acordo com as metas e fases ou etapas de execução do objeto e será realizada sob bloqueio, após eficácia contratual, respeitando a disponibilidade financeira do Gestor do Programa e atendidas as exigências cadastrais vigentes.

5.4.1 - A liberação de recursos deverá ocorrer da seguinte forma:



I - exceto nos casos de instrumento com parcela única, o valor do desembolso a ser realizado pelo Gestor do Programa ou pela mandatária referente à primeira parcela, não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do valor global do instrumento;

II - a liberação da primeira parcela ou parcela única ficará condicionada ao:

a) envio pela mandatária e homologação pelo Gestor do Programa da Síntese do Projeto Aprovado - SPA quando o objeto do instrumento envolver a execução de obras e serviços e engenharia enquadrados nos incisos II e III do art. 3º da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424/2016;

b) conclusão da análise técnica e aceite do processo licitatório pelo Gestor do Programa ou mandatária; e,

III - a liberação das demais parcelas, está condicionada a execução de no mínimo 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente.

5.5 - O cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho deverá estar em consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto do instrumento.

5.6 - Após a comprovação da homologação do processo licitatório pelo CONTRATADO, o cronograma de desembolso deverá ser ajustado em observação ao grau de execução estabelecido no referido processo licitatório.

5.7 - É permitido o adiantamento de parcelas no regime de execução direta na forma do cronograma de desembolso aprovado, sendo vedado nos casos de execução de obras e serviços de engenharia enquadrados no inciso III do art. 3º da Portaria MPDG/MF/CGU nº 424/2016, ficando a liberação das parcelas subsequentes condicionada à aprovação, pela CONTRATANTE, de relatório de execução com comprovação da aplicação dos recursos da última parcela liberada.

5.8 - Na hipótese de inexistência de execução financeira após 180 (cento e oitenta) dias da liberação da primeira parcela o instrumento deverá ser rescindido, sendo vedado, também, o início de execução de novos instrumentos e a liberação de recursos para este CONTRATADO.

5.9 - A autorização de desbloqueio dos recursos creditados na conta vinculada ocorrerá condicionada a:

I - a emissão da autorização para início do objeto;

II - a apresentação do relatório de execução compatível com o cronograma de desembolso aprovado, devidamente atestado pela fiscalização do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA;

III - o atendimento ao disposto nos Artigos 52 e 54 da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424/2016;

IV - a comprovação do aporte da contrapartida pactuada para a etapa correspondente;

V - a comprovação financeira da etapa anterior pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA.

5.9.1 - O servidor indicado pelo CONTRATADO responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra deverá assinar e carregar no SICONV o relatório de fiscalização referente a cada medição

5.9.2 - O CONTRATADO deverá verificar se os materiais aplicados e os serviços realizados atendem aos requisitos de qualidade estabelecidos pelas especificações técnicas dos projetos de engenharia aceitos

5.9.3 - A execução física será atestada conforme regramento disposto no Artigo 54 da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424/2016.

5.9.4 - A aferição da execução do objeto, suas metas e fases ou etapas será realizada por meio da verificação da compatibilidade entre o efetivamente executado e o pactuado no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEXTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS

6 - As despesas com a execução do objeto do presente Contrato de Repasse correrão à conta de recursos alocados nos respectivos orçamentos dos contratantes.

6.1 - A emissão do empenho plurianual, quando for o caso, ocorrerá de acordo com determinação específica do Gestor do Programa, com incorporação ao presente Contrato de Repasse mediante Apostilamento.

6.2 - A eficácia deste Instrumento está condicionada à validade dos empenhos, que é determinada por instrumento legal, findo o qual, sem a total liberação dos recursos, o presente Contrato de Repasse fica automaticamente extinto.

6.2.1 - No caso de perda da validade dos empenhos por motivo de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo físico-financeiro poderá ser reduzido até a etapa do objeto contratado que apresente funcionalidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

7 – Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou na Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste Instrumento.

7.1 – A programação e a execução financeira deverão ser realizadas em separado, de acordo com a natureza e a fonte de recursos, se for o caso.

7.2 – Antes da realização de cada pagamento, o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA incluirá no SICONV, no mínimo, as seguintes informações:

- I - a destinação do recurso;
- II - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
- III - o contrato a que se refere o pagamento realizado;
- IV - a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento;
- V - informações das notas fiscais ou documentos contábeis.

7.3 – Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, facultada a dispensa deste procedimento nos casos citados abaixo, em que o crédito poderá ser realizado em conta bancária de titularidade do próprio CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, devendo ser registrado no SICONV o beneficiário final da despesa:

- a) por ato da autoridade máxima do Gestor do Programa;
- b) na execução do objeto pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA por regime direto;
- c) no ressarcimento ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo Gestor do Programa e em valores além da contrapartida pactuada.

7.3.1 – Excepcionalmente, poderá ser realizado, uma única vez no decorrer da vigência do presente Contrato de Repasse, pagamento a pessoa física que não possua conta bancária, desde que permitida a identificação do beneficiário pela CONTRATANTE, e observado o limite de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) por fornecedor ou prestador de serviços.

7.4 – Os recursos transferidos pela CONTRATANTE não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência do presente Contrato de Repasse, permitido o pagamento de despesas posteriormente desde que comprovadamente realizadas na vigência descrita no item VI das CONDIÇÕES GERAIS.

7.5 – Os recursos transferidos, enquanto não utilizados, serão aplicados em caderneta de poupança se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, quando a sua utilização estiver prevista para prazo menor que um mês.

7.5.1 – A aplicação dos recursos, creditados na conta vinculada ao Contrato de Repasse, em fundo de curto prazo será automática, após assinatura pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA do respectivo Termo de Adesão ao fundo no ato de regularização da conta, ficando o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA responsável pela aplicação em caderneta de poupança por intermédio do SICONV, se o prazo previsto para utilização dos recursos transferidos for igual ou superior a um mês.

7.5.2 – Todos os rendimentos provenientes da aplicação dos recursos das contas vinculadas devem ser devolvidos à conta única do Tesouro ao final da execução do objeto contratado, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas, vedada a sua utilização.

7.5.3 - Na ocorrência de perdas financeiras decorrentes da aplicação dos recursos, que comprometam a execução do objeto contratual, fica o CONTRATADO obrigado ao aporte adicional de contrapartida.

7.6 – Eventuais saldos financeiros verificados quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Contrato de Repasse, inclusive os provenientes das receitas auferidas em aplicações financeiras, deverão ser restituídos à UNIÃO FEDERAL, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, na forma indicada pela CONTRATANTE na época da restituição, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável.

7.6.1 – A devolução prevista acima será realizada observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos e da contrapartida prevista, independente da época em que foram aportados, devendo, nos casos em que incida exclusivamente sobre o repasse ou a contrapartida, ser devolvido apenas ao ente titular do valor remunerado.

7.6.2 – Nos casos de descumprimento do prazo previsto no item 7.6, o CONTRATANTE solicitará à instituição financeira albergante da conta vinculada a devolução imediata dos saldos remanescentes à conta única do Tesouro Nacional

7.7 – Deverão ser restituídos, ainda, todos os valores transferidos, acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente, a partir da data do recebimento, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) quando não houver qualquer execução física referente ao objeto pactuado neste Instrumento nem utilização de recursos;
- b) quando for executado parcialmente o objeto pactuado neste Instrumento;
- c) quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a respectiva prestação de contas parcial ou final;
- d) quando os recursos forem utilizados em desconformidade com o pactuado neste Instrumento;
- e) quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com o estabelecido no item 7.5.2;
- f) quando houver impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do contrato celebrado.

7.7.1 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "a", os recursos que permaneceram na conta vinculada, sem terem sido desbloqueados em favor do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, serão devolvidos acrescidos do resultado da aplicação financeira nos termos do item 7.5, no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência do Contrato de Repasse.

7.7.2 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "b", em que a parte executada apresente funcionalidade, a devolução dos recursos já creditados em conta e não aplicados no objeto do Plano de Trabalho, acrescidos do resultado da aplicação financeira nos termos do item 7.5, ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência contratual.

7.7.3 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "b", em que a parte executada não apresente funcionalidade, a totalidade dos recursos liberados devem ser devolvidos devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução de recursos, acrescido a esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução de recursos à conta única do Tesouro.

7.7.4 - Para aplicação dos itens 7.7.2 e 7.7.3, a funcionalidade da parte executada será verificada pela CONTRATANTE.

7.7.5 - Vencidos os prazos de devolução descritos nos itens 7.7.2 e 7.7.3, os valores devem ser devolvidos devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução de recursos, acrescido a esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução de recursos à conta única do Tesouro.

7.7.6 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "c", os recursos devem ser devolvidos incluindo os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados pela Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

7.7.7 – Na hipótese prevista no item 7.7, alíneas "d", será instaurada Tomada de Contas Especial, além da devolução dos recursos liberados devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à Conta Única do Tesouro Nacional.

7.8 – Para fins de efetivação da devolução dos recursos à União, a parcela de atualização referente à variação da SELIC será calculada proporcionalmente à quantidade de dias compreendida entre a data da liberação da parcela para o CONTRATADO e a data de efetivo crédito do montante devido na conta única do Tesouro.

CLÁUSULA OITAVA – DOS BENS REMANESCENTES AO TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8 – Os bens remanescentes decorrentes do Contrato de Repasse serão de propriedade do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, quando da sua extinção, desde que vinculados à finalidade a que se destinam.

CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS

9 – O Gestor do Programa é a autoridade competente para coordenar e definir as diretrizes do Programa, cabendo à CONTRATANTE o acompanhamento e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho.

9.1 – Sempre que julgar conveniente, o Gestor do Programa poderá promover visitas *in loco* com o propósito do acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas em razão do Contrato de Repasse, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes ao assunto.

9.2 – É prerrogativa da União, por intermédio do Gestor do Programa e do CONTRATANTE, promover a fiscalização físico-financeira das atividades referentes ao Contrato de Repasse, bem como, conservar, em qualquer hipótese, a faculdade de assumir ou transferir a responsabilidade da execução do objeto, no caso de sua paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

9.3 - As informações relativas à celebração, execução, acompanhamento, fiscalização e de prestação de contas, inclusive àquelas referentes à movimentação financeira dos instrumentos, serão públicas, exceto nas hipóteses legais de sigilo fiscal e bancário e nas situações classificadas como de acesso restrito, consoante o ordenamento jurídico.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO

10 – Obriga-se o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a registrar, em sua contabilidade analítica, em conta específica do grupo vinculado ao ativo financeiro, os recursos recebidos da CONTRATANTE, tendo como contrapartida conta adequada no passivo financeiro, com subcontas identificando o Contrato de Repasse e a especificação da despesa.

10.1 – As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, devidamente identificados com o nome do Programa e o número do Contrato de Repasse, e mantidos em arquivo, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo fixado no Contrato de Repasse.

10.1.1 – O CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA deverá disponibilizar cópias dos comprovantes de despesas ou de outros documentos à CONTRATANTE sempre que solicitado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11 – A Prestação de Contas referente aos recursos financeiros deverá ser apresentada à CONTRATANTE no prazo descrito no item VI das CONDIÇÕES GERAIS:

11.1 – Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo fixado, a CONTRATANTE estabelecerá o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados pela taxa SELIC.

11.2 – Caso o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA não apresente a prestação de contas nem devolva os recursos nos termos do item anterior, ao término do prazo estabelecido, a CONTRATANTE registrará a inadimplência no SICONV por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

11.3 – Cabe ao prefeito e ao governador sucessores prestar contas dos recursos provenientes dos Contratos de Repasse firmado pelo seu antecessor.

11.3.1 – Na impossibilidade de atender ao disposto no item anterior, deve apresentar, à CONTRATANTE, e inserir no SICONV documento com justificativas que demonstrem o impedimento e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público.

11.3.2 – Quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, o novo administrador solicitará a instauração de Tomada de Contas Especial.

11.3.3 – Os casos fortuitos ou de força maior que impeçam o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA de prestar contas dos recursos recebidos e aplicados ensejarão a juntada de documentos e justificativas, a serem entregues à CONTRATANTE, para análise e manifestação do Gestor do Programa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REEMBOLSO DE DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS

12 – O CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA é responsável pelas despesas extraordinárias incorridas no âmbito desse instrumento, quando solicitar:

- a) reanálise de enquadramento de Plano de Trabalho e de projetos de engenharia e de trabalho social, quando houver;
- b) vistoria de etapas de obras não previstas originalmente;

- c) publicação de extrato no Diário Oficial da União decorrente de alteração contratual de responsabilidade do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA AUDITORIA

13 – Os serviços de auditoria serão realizados pelos órgãos de controle interno e externo da União, sem elidir a competência dos órgãos de controle interno e externo do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, em conformidade com o Capítulo VI do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

13.1 – É livre o acesso, a qualquer tempo, de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual esteja subordinada a CONTRATANTE e do Tribunal de Contas da União a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o Instrumento pactuado, bem como aos locais de execução das obras, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

13.2. Em sendo evidenciados pelos Órgãos de Controle ou Ministério Público vícios insanáveis que impliquem nulidade da licitação realizada, o CONTRATADO deverá adotar as medidas administrativas necessárias à recomposição do erário no montante atualizado da parcela já aplicada, o que pode incluir a reversão da aprovação da prestação de contas e a instauração de Tomada de Contas Especial, independentemente da comunicação do fato ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS OBRAS E DAS AÇÕES PROMOCIONAIS

14 – É obrigatória a identificação do empreendimento com placa segundo modelo fornecido pela CONTRATANTE, durante o período de duração da obra, devendo ser afixada no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da autorização da CONTRATANTE para o início dos trabalhos, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

14.1 – Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do Contrato de Repasse será obrigatoriamente destacada a participação da CONTRATANTE, do Gestor do Programa, bem como o objeto de aplicação dos recursos, observado o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

15 – A vigência deste Instrumento iniciar-se-á na data de sua assinatura e encerrar-se-á no prazo descrito no item VI das CONDIÇÕES GERAIS, possibilitada a sua prorrogação mediante Termo Aditivo e aprovação da CONTRATANTE, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

16 – O Contrato de Repasse poderá ser denunciado por qualquer das partes e rescindido a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações assumidas na sua vigência, creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, aplicando, no que couber, a Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e demais normas pertinentes à matéria.

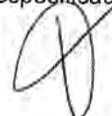
16.1 – Constitui motivo para rescisão do Contrato de Repasse o descumprimento de qualquer das Cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pela CONTRATANTE:

- I - a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- II - a inexistência de execução financeira após 180 (cento e oitenta) dias da liberação da primeira parcela, à exemplo do descrito na Cláusula Quinta, item 5.8;
- III - a falsidade ou incorreção de informação de documento apresentado;
- IV - a verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

16.1.1 – A rescisão do Contrato de Repasse, na forma acima prevista e sem que tenham sido os valores restituídos à União Federal devidamente corrigidos, ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO PROVIMENTO JUDICIAL LIMINAR

17 – A existência de restrição do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA não foi considerada óbice à celebração do presente instrumento, em razão da decisão liminar concedida nos termos especificados no Contrato de Repasse, a qual autorizou a celebração deste instrumento, condicionada à decisão final.



17.1 – Ainda que posteriormente regularizada a restrição apontada no Contrato de Repasse, a desistência da ação ou a decisão judicial desfavorável ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA implicará a desconstituição dos efeitos da respectiva liminar, com a rescisão do presente contrato e a devolução de todos os recursos que eventualmente tenha recebido, atualizados na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALTERAÇÃO

18 – A alteração deste Instrumento, no caso da necessidade de ajustamento da sua programação de execução física e financeira, inclusive a alteração do prazo de vigência fixado no Contrato de Repasse, será feita por meio de Termo Aditivo e será provocada pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, mediante apresentação das respectivas justificativas, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias que antecedem o término da sua vigência, sendo necessária, para sua implementação, a aprovação da CONTRATANTE.

18.1 – A alteração do prazo de vigência do Contrato de Repasse, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do Gestor do Programa, será promovida "de ofício" pela CONTRATANTE, limitada ao período do atraso verificado, fazendo disso imediato comunicado ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA.

18.2 – A alteração contratual referente ao valor do Contrato de Repasse será feita por meio de Termo Aditivo, ficando a majoração dos recursos de repasse sob decisão unilateral exclusiva do Gestor do Programa.

18.3 – É vedada a alteração do objeto do Contrato de Repasse.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS VEDAÇÕES

19 – Ao CONTRATADO é vedado:

- I. reformular os projetos de engenharia das obras e serviços já aceitos pelo CONTRATANTE;
- II. reprogramar os projetos de engenharia dos instrumentos enquadrados no Inciso I do Artigo 3º da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424/2016;
- III. realizar despesas a título de taxa de administração ou similar;
- IV. pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal do órgão ou entidade pública da Administração Direta ou Indireta, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- V. utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;
- VI. realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;
- VII. efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;
- VIII. realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas e aos juros decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo CONTRATANTE, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado.
- IX. transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar, quando for o caso;
- X. realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizes promoção pessoal e desde que previstas no plano de trabalho;
- XI. pagar, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;
- XII. aproveitar rendimentos para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado;
- XIII. computar receitas oriundas dos rendimentos de aplicações no mercado financeiro como contrapartida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES

20 – Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução do Contrato de Repasse deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

20.1 – As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao Contrato serão consideradas como regularmente feitas se entregues por carta protocolada, telegrama, fax ou correspondência eletrônica, com comprovante de recebimento, nos endereços descritos no item VIII das CONDIÇÕES GERAIS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21 – Fica eleito o foro da Justiça Federal, descrito no item VII das CONDIÇÕES GERAIS, para dirimir os conflitos decorrentes deste Instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e pactuados firmam este Instrumento, que será assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele, sendo extraídas as respectivas cópias, que terão o mesmo valor do original

Poços de Caldas
Local/Data

24 de Outubro de 2017

Assinatura do CONTRATANTE
Nome: JOSÉ ANTONIO DA SILVA
CPF: 398.009.386-72

JOSÉ ANTONIO DA SILVA
Superintendente Regional
Matr.: 636.410-3
C.A. SUI de Minasnas
SANTA FÉRRERIA - FEDERAL

Assinatura do CONTRATADO
Nome: HILTON LUIZ DE CARVALHO ROLLO
CPF: 047.619.058-40

Testemunhas

Nome:
CPF: **MICHELE MARQUES DE OLIVEIRA**
CPF: 633.471.306-00

Nome:
CPF: **LETICIA DAYSE MOREIRA TRISTÃO**
CPF: 079.982.096-23



TONIO DA SILVA e SERGIO WAGNER BIZARRIA. ESPÉCIE Contrato de Repasse nº 843574/2017, Processo 1038.353-77/2017 firmado pelo MUNICÍPIO DE BAEPENDI, CNPJ 18.008.862/0001-26; junto à União Federal, por intermédio do Ministério do Esporte, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto IMPLANTACAO E/OU MODERNIZACAO DA INFRAESTRUTURA PARA ESPORTE EDUCACIONAL, RECREATIVO E LAZER NO MUNICIPIO DE BAEPENDI; Programa Esporte e Grandes Eventos Esportivos; Valor: R\$ 250.000,00; dos recursos: R\$ 243.750,00, correrão à conta da União no exercício de 2017, UG 180006, Gestão 00001, Programa de Trabalho 27812203554500031, NE 2017NE800113, de 07/06/2017 e R\$ 6.250,00 de contrapartida. Vigência 30 de Setembro de 2020 Assinatura 24/10/2017, JOSÉ ANTONIO DA SILVA e HILTON LUIZ DE CARVALHO ROLLO. ESPÉCIE Contrato de Repasse nº 843908/2017, Processo 1039.476-91/2017 firmado pelo MUNICÍPIO DE BANDEIRA DO SUL, CNPJ 18.175.794/0001-90; junto à União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Pavimentacao em vias publicas do município de Bandeira do Sul.; Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 250.000,00; dos recursos: R\$ 245.850,00, correrão à conta da União no exercício de 2017, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1545120541D730031, NE 2017NE801554, de 14/06/2017 e R\$ 4.150,00 de contrapartida. Vigência 30 de Setembro de 2020 Assinatura 25/10/2017, JOSÉ ANTONIO DA SILVA e JOSÉ DOS SANTOS. ESPÉCIE Contrato de Repasse nº 844607/2017, Processo 1039.438-94/2017 firmado pelo MUNICÍPIO DE CARMO DO RIO CLARO, CNPJ 18.243.287/0001-46; junto à União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Execucao de cobertura metalica na Travessa entre a praca Dona Maria Goulart, destinada a eventos diversos.; Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 255.684,00; dos recursos: R\$ 245.850,00, correrão à conta da União no exercício de 2017, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1545120541D730031, NE 2017NE800233, de 14/06/2017 e R\$ 9.834,00 de contrapartida. Vigência 30 de Setembro de 2020 Assinatura 24/10/2017, JOSÉ ANTONIO DA SILVA e SEBASTIÃO CEZAR LEMOS. ESPÉCIE Contrato de Repasse nº 843861/2017, Processo 1039.905-13/2017 firmado pelo MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ, CNPJ 18.712.158/0001-50; junto à União Federal, por intermédio do Ministério do Esporte, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Construcao de quadra poliesportiva; Programa Esporte e Grandes Eventos Esportivos; Valor: R\$ 251.250,00; dos recursos: R\$ 243.750,00, correrão à conta da União no exercício de 2017, UG 180006, Gestão 00001, Programa de Trabalho 27812203554500031, NE 2017NE800399, de 07/06/2017 e R\$ 7.500,00 de contrapartida. Vigência 30 de Setembro de 2020 Assinatura 24/10/2017, JOSÉ ANTONIO DA SILVA e ELOI RADIN ALLERAND. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL GERENCIA EXECUTIVA E NEGOCIAL DE GOVERNO POÇOS DE CALDAS/MG EXTRATO DE CONTRATO DE REPASSE ESPÉCIE Contrato de Repasse nº 1038.571-06 / 845458 / 2017, firmado pelo MUNICÍPIO DE PARAGUAÇU, CNPJ 18.008.193/0001-92; junto à União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Recapeamento asfáltico de diversas vias do município; Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 449.769,00; dos recursos: R\$ 443.421,54, correrão à conta da União no exercício de 2017, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1545120541D730031, NE 2017NE801057, de 14/06/2017 e R\$ 6.347,46 de contrapartida. Vigência 24 de Outubro de 2019 - 24/10/2017, JOSÉ ANTONIO DA SILVA e JOSÉ TIBÚRCIO DO PRADO NETO.

12.250,00 de contrapartida. Vigência 30 de Setembro de 2020 - 11/10/2017, LUIZ SÉRGIO RODRIGUES NUNES e JORGE CLAUDISTONE POZZOBOM. ESPÉCIE Contrato de Repasse nº 846202/2017, firmado pelo MUNICÍPIO DE SANTA MARIA, CNPJ 88.488.366/0001-00; junto à União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Revitalização do Parque Itambé de Santa Maria/RS.; Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 260.000,00; dos recursos: R\$ 245.850,00, correrão à conta da União no exercício de 2017, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1545120541D730043, NE 2017NE801780, de 14/06/2017 e R\$ 14.150,00 de contrapartida. Vigência 30 de Setembro de 2020 - 11/10/2017, LUIZ SÉRGIO RODRIGUES NUNES e JORGE CLAUDISTONE POZZOBOM.

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO SANTOS - SP EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pela presente notificamos Sandra Kennedy Viana, CPF 600.373.699-20, ex-Prefeita Municipal do município de Registro/SP, nos termos dos subitens 3.2, alínea a da Cláusula Terceira do Contrato de Repasse nº 0324659-02/2010/MTUR/CAIXA, celebrado entre UNIÃO FEDERAL e o Município de Registro, intermediado por esta CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, firmado em 17/12/2010 no valor de R\$ 975.000,00 (novecentos e setenta e cinco mil reais), para que, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar do recebimento desta, seja regularizada a ocorrência referente a Objeto contratual paralisado - sem evolução há 120 dias, apresente comprovação, com a documentação pertinente, de que não causou prejuízo ao Erário Federal ou devolva à conta vinculada nº 0903.006.00647101-1 os valores históricos atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei, até o efetivo recolhimento, conforme descrição a seguir: R\$ 159.607,50 em 22/04/2013 R\$ 25.447,40 em 29/11/2013 R\$ 113.410,78 em 23/12/2013 R\$ 91.928,36 em 06/08/2014 R\$ 46.292,04 em 05/02/2015 R\$ 113,92 em 10/11/2015 Valor desta dívida atualizada monetariamente e acrescida de juros: até 05/10/2017: R\$ 556.850,39 Caso não seja regularizada a situação contratual no prazo concedido, poderá ser instaurada Tomada de Contas Especial (TCE), cujo processo será encaminhado ao Órgão de Controle Interno competente, para análise, certificação das contas e posterior envio ao Tribunal de Contas da União (TCU) para julgamento, se for o caso, conforme estabelecido na Instrução Normativa TCU nº 71, de 28/11/2012, e alterações da Instrução Normativa nº 76, de 23/11/2016, podendo também ser providenciada a inclusão do responsabilizado no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal (CADIN). Informamos que o processo terá continuidade independentemente de manifestação de Vossa Excelência, a partir do vencimento do prazo estabelecido para o cumprimento da presente comunicação.

RAFAEL AUGUSTO FERNANDES ROSA
Gerente de Filial

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP

EXTRATOS DE CONTRATOS

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP Extrato(s) de Contrato(s) de Repasse celebrado(s) entre a União Federal, por meio do(s) Gestor(es) abaixo identificado(s), representado(a) pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04 e o(s) seguinte(s) contratado(s): ESPÉCIE Contrato de Repasse nº 846891/2017, firmado pelo Município de Floreal, CNPJ 53.221.941/0001-11; junto à União Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Revitalização do Portal de Entrada e da Praça Central do Município de Floreal.; Programa Turismo; Valor: R\$ 293.000,00; dos recursos: R\$ 292.500,00, correrão à conta da União no exercício de 2017, UG 540007, Gestão 00001, Programa de Trabalho 23695207610V00035, NE 2017NE800063, de 21/06/2017 e R\$ 500,00 de contrapartida. Vigência 20 de Abril de 2021 - 23/10/2017, Samantha Maionchi e João Manoel de Castilho. ESPÉCIE Contrato de Repasse nº 843609/2017, firmado pelo Município de Floreal, CNPJ 53.221.941/0001-11; junto à União Federal, por intermédio do Ministério do Esporte, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Implantação e/ou Modernização do Centro de Lazer.; Programa Esporte e Grandes Eventos Esportivos; Valor: R\$ 293.000,00; dos recursos: R\$ 292.500,00, correrão à conta da União no exercício de 2017, UG 180006, Gestão 00001, Programa de Trabalho 27812203554500035, NE 2017NE800147, de 07/06/2017 e R\$ 500,00 de contrapartida. Vigência 20 de Novembro de 2021 - 23/10/2017, Samantha Maionchi e João Manoel de Castilho. ESPÉCIE Contrato de Repasse nº 845278/2017, firmado pelo Município de Floreal, CNPJ 53.221.941/0001-11; junto à União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Recapeamento asfáltico, galerias e calçadas em vias do Município de Floreal.; Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 246.500,00; dos recursos: R\$ 245.850,00, correrão à conta da União no exercício de 2017, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1545120541D730035, NE 2017NE800879, de 14/06/2017 e R\$ 650,00 de contrapartida. Vigência 20 de Agosto de 2021 - 23/10/2017, Samantha Maionchi e João Manoel de Castilho. ESPÉCIE Contrato de Repasse nº 845260/2017, firmado pelo Município de Floreal, CNPJ 53.221.941/0001-11; junto à União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Recapeamento asfáltico, galerias e

calçadas em vias do Município de Floreal.; Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 246.500,00; dos recursos: R\$ 245.850,00, correrão à conta da União no exercício de 2017, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1545120541D730035, NE 2017NE800861, de 14/06/2017 e R\$ 650,00 de contrapartida. Vigência 20 de Maio de 2021 - 23/10/2017, Samantha Maionchi e João Manoel de Castilho. ESPÉCIE Contrato de Repasse nº 847660/2017, firmado pelo Município de Santa Rita D'Oeste, CNPJ 45.138.336/0001-53; junto à União Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto REVITALIZACAO DA PRACA PUBLICA NO MUNICIPIO DE SANTA RITA D'OESTE-SP; Programa Turismo; Valor: R\$ 250.000,00; dos recursos: R\$ 243.750,00, correrão à conta da União no exercício de 2017, UG 540007, Gestão 00001, Programa de Trabalho 23695207610V00035, NE 2017NE800241, de 26/06/2017 e R\$ 6.250,00 de contrapartida. Vigência 20 de Maio de 2021 - 24/10/2017, Rafael Lopera Aydar e Alor Pasion. ESPÉCIE Contrato de Repasse nº 847094/2017, firmado pelo MUNICÍPIO DE SANTA FÉ DO SUL, CNPJ 45.138.070/0001-49; junto à União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Recapeamento Asfáltico em CBUQ e Sinalização Viária em diversas ruas do município de Santa Fé do Sul-SP; Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 402.000,00; dos recursos: R\$ 394.200,00, correrão à conta da União no exercício de 2017, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1545120541D730035, NE 2017NE802143, de 22/06/2017 e R\$ 7.800,00 de contrapartida. Vigência 20 de Abril de 2021 - 24/10/2017, RAFAEL LAPERA AYDAR e ADEMIR MASCHIO. ESPÉCIE Contrato de Repasse nº 845876/2017, firmado pelo MUNICÍPIO DE SANTA FÉ DO SUL, CNPJ 45.138.070/0001-49; junto à União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Recapeamento Asfáltico em CBUQ e Sinalização Viária em diversas ruas do município de Santa Fé do Sul-SP; Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 503.000,00; dos recursos: R\$ 493.100,00, correrão à conta da União no exercício de 2017, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1545120541D730035, NE 2017NE801463, de 14/06/2017 e R\$ 9.900,00 de contrapartida. Vigência 20 de Maio de 2021 - 24/10/2017, RAFAEL LAPERA AYDAR e ADEMIR MASCHIO. ESPÉCIE Contrato de Repasse nº 844208/2017, firmado pelo Município de Mendonça, CNPJ 46.935.110/0001-46; junto à União Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Aquisição de Patrulha Agrícola Mecanizada.; Programa PRODESA; Valor: R\$ 160.000,00; dos recursos: R\$ 156.000,00, correrão à conta da União no exercício de 2017, UG 135098, Gestão 00001, Programa de Trabalho 20608207720ZV0035, NE 2017NE800112, de 13/06/2017 e R\$ 4.000,00 de contrapartida. Vigência 20 de Novembro de 2021 - 24/10/2017, Rubens Santos Barbosa de Oliveira e Antonino Caetano de Souza. ESPÉCIE Contrato de Repasse nº 845743/2017, firmado pelo Município de General Salgado, CNPJ 45.660.610/0001-50; junto à União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto: RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE GENERAL SALGADO-SP; Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 495.000,00; dos recursos: R\$ 493.100,00, correrão à conta da União no exercício de 2017, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1545120541D733559, NE 2017NE801334, de 14/06/2017 e R\$ 1.900,00 de contrapartida. Vigência 20 de Setembro de 2021 - 24/10/2017, Samantha Maionchi e Leandro Rogério de Oliveira.

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO SÃO LUIS - MA

EXTRATO DE CONTRATO

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO SÃO LUÍS - MA EXTRATO DE CONTRATO DE REPASSE Contrato de Repasse nº 843710/2017, firmado pelo MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI, CNPJ 01.612.320/0001-65; junto à União Federal, por intermédio do Ministério do Esporte, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto REFORMA E AMPLIACAO DE QUADRA POLIESPORTIVA NO MUNICIPIO DE PRESIDENTE MEDICI/MA; Programa Esporte e Grandes Eventos Esportivos; Valor: R\$ 250.000,00; dos recursos: R\$ 243.750,00, correrão à conta da União no exercício de 2017, UG 180006, Gestão 00001, Programa de Trabalho 27812203554500021, NE 2017NE800249, de 07/06/2017 e R\$ 6.250,00 de contrapartida. Vigência 24 de Outubro de 2019 - 24/10/2017, JORGE NASCIMENTO CORDEIRO e ILVANE FREIRE PINHO.

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO UBERLÂNDIA - MG

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Repasse nº 850720/2017, firmado pelo MUNICÍPIO DE UBERABA, CNPJ 18.428.839/0001-90; junto à União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Recapeamento asfáltico em CBUQ na Avenida Tonico dos Santos, no Município de Uberaba/MG; Programa Planejamento Urbano; Valor: R\$ 259.039,44; dos recursos: R\$ 245.850,00, correrão à conta da União no exercício de 2017, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1545120541D730001, NE 2017NE803393, de 18/09/2017 e R\$ 13.189,44 de contrapartida. Vigência 24 de Outubro de 2020 - Data e assinaturas: 24/10/2017, LUIS CARLOS ALVES e PAULO PIAU NOGUEIRA.

**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
VICE-PRESIDÊNCIA GOVERNO**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO	CONTRATANTE	CONTRATADO	OBJETO	INSTRUMENTO
781265/12	MS	PM Sobral/CE	Altera contrap: R\$ 104.166,67	T Aditivo:11/03/2019
767971/11	MCIDADES	PM Penedo/AL	Altera vigência: 26/09/2019	T Aditivo:12/03/2019
1063162-41	MCIDADES	PM Goiânia/GO	Altera conta: 2510.006.647091-0	T Aditivo:08/03/2019
823572/15	MTUR	PM LAGOA DO PI-AUI/PI	Altera vigência: 27/12/2019	T Aditivo:01/01/2019
797368/13	MCIDADES	PM Penedo/AL	Altera vigência: 26/09/2019	T Aditivo:12/03/2019
855713/2017	MDS/CAIXA	PM Chorozinho/CE	Altera contrap: R\$ 2.625,53	T Aditivo:12/03/2019
840661/16	MCIDADES	PM Campo do Tenente/PR	Altera vigência: 30/08/2019	Ex-Ofício:12/03/2019
1004134-30/2013	MCIDADES	MARACANAÚ/CE	Alt. Vig.: 30/09/2019	TA de 12/03/2019
862476/17	MCIDADES	PM Uberaba/MG	Altera contrap: R\$ 33.694,04	T Aditivo:12/03/2019
871132/18	MAPA	PM André da Rocha/RS	Altera contrap: R\$ 15.957,38	T Aditivo:28/02/2019
853590/17	ME	PM Veranópolis/RS	Altera contrap: R\$ 134.027,77	T Aditivo:07/03/2019
843523/17	ME	PM Veranópolis/RS	Altera contrap: R\$ 34.027,77	T Aditivo:06/03/2019
862667/17	MTUR	PM Veranópolis/RS	Altera contrap: R\$ 12.502,07	T Aditivo:06/03/2019
872284/18	MAPA	PM União da Serra/RS	Altera contrap: R\$ 8.283,70	T Aditivo:06/03/2019
867654/18	MCIDADES	PM Nova Petrópolis/RS	Altera contrap: R\$ 4.377,74	T Aditivo:06/03/2019
849190/17	MCIDADES	PM Vanini/RS	Altera contrap: R\$ 3.926,90	T Aditivo:06/03/2019
790599/13	ME	PM Japi/RN	Altera vigência: 30/08/2019	T Aditivo:27/02/2019
800716/13	MTUR	PM Bom Jesus/RN	Altera vigência: 30/05/2019	T Aditivo:27/02/2019
793581/13	FNAS	P M Lagoa Grande/PE	Altera vigência: 27/04/2019	T A: 05/02/2019
790546/13	MCIDADES	PM Vila Boa/GO	Altera vigência: 31/10/2019	T Aditivo:06/03/2019
832494/16	MTUR	PM Mambai/GO	Altera vigência: 31/07/2020	T Aditivo:07/03/2019
787683/13	MJ	SEC EST SEG PUB E DEF SOCIAL/DF	Altera vigência: 31/03/2020	T Aditivo:07/03/2019
820221/15	MCIDADES	PM Formosa/GO	Altera vigência: 31/07/2019	T Aditivo:07/03/2019
784464/13	MAPA	PM São João d'Aliança/GO	Altera vigência: 31/07/2019	T Aditivo:07/03/2019
835443/16	MAPA	PM Teresina de Goiás/GO	Altera vigência: 31/07/2019	T Aditivo:07/03/2019
816215/15	MCIDADES	PM Damianópolis/GO	Altera vigência: 31/10/2019	T Aditivo:07/03/2019
811450/14	MS	FUNDAÇÃO BENJAMIM GUIMARAES/MG	Altera vigência: 30/04/2020	T Aditivo:12/03/2019
833383/16	MAPA	PM Mimoso do Sul/ES	Altera vigência: 30/11/2019	T Aditivo:12/03/2019
863678/17	ME	PM Resende/RJ	Altera contrap: R\$ 572.624,07	T Aditivo:12/03/2019
856388/17	MAPA	PM Mirassol D' Oeste/MT	Altera contrap: R\$ 400,00	T Aditivo:26/02/2019
0350868-85/11	MCIDADES	Brasília/DF	Altera vigência: 31/10/2019	T Aditivo:11/03/2019
0408663-52/13	MCIDADES	Brasília/DF	Altera vigência: 31/10/2019	T Aditivo:11/03/2019
794371/13	MAPA	SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO DF/DF	Altera vigência: 31/05/2019	T Aditivo:11/03/2019
832078/16	MTUR	PM Formosa/GO	Altera vigência: 31/03/2020	T Aditivo:11/03/2019
787794/13	MCIDADES	PM Simolândia/GO	Altera vigência: 30/06/2019	T Aditivo:12/03/2019
786742/13	MCIDADES	PM Formosa/GO	Altera vigência: 31/03/2020	T Aditivo:12/03/2019
789653/2013	MCIDADES	PM GARANHUNS-PE	ALTERAÇÃO DE CP 79.284,60	TERMO ADITIVO
858721/17	MAPA	PM Mirassol D' Oeste/MT	Altera contrap: R\$ 500,00	T Aditivo:26/02/2019
829909/16	MCIDADES	PM Campina Grande do Sul/PR	Altera vigência: 30/03/2019	Ex-Ofício:11/02/2019
862420/17	MCID	P M Sta Mª da Boa Vista/PE	Altera CP: R\$ 966,69	T A: 05/12/2019
825798/15	MS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA PONTE/MG	Altera contrap: R\$ 324.998,09	T Aditivo:12/03/2019
872498/2018	MAPA	PM Ilhota	Alt. CP: R\$ 88,95	T. Aditivo: 12/03/2019
1038.353-77/2017	MESPORTE	BAEPENDI / MG	ALTERA CP R\$45.515,09	TERMO ADITIVO 12/03/19
1038011-34/17	MCIDADES	Nova Glória/GO	Altera CP: R\$ 247,00	T Aditivo-07/03/19
871469/2018	MAPA	Ituporanga/SC	Alt. Contrap.: R\$ 3.197,38	T. Aditivo: 01/03/2019
871406/2018	MAPA	Vidal Ramos/SC	Alt. Contrap.: R\$ 88,15	T. Aditivo: 07/03/2019
799569/2013	MTUR	Camboriú/SC	Alt. Vigência: 31/08/2019	T. Aditivo: 28/02/2019
0233584-77/2007	MCIDADES	Natal/RN	Alt. vigência: 31/12/2019	T. Aditivo: 28/02/2019
1035.577-06/2016	MAPA	SEDA/MG	Altera vigência: 01/10/2019	T Aditivo:12/03/2019
1036.147-96/2016	MDA	SEDA/MG	Altera vigência: 01/10/2019	T Aditivo:12/03/2019
0363518-14/11	MINC	PM Içara/SC	Altera vigência: 12/09/2019	T Aditivo:12/03/2019
1010.279-89/2013	MDA	PM Matrinchã/GO	Alt. Vigência: 30/06/2019	T. Aditivo: 12/03/2019
822175/2015	MCIDADES	PM OLHO D'AGUA DO PIAUI/PI	Altera vigência: 28/02/2020	T Aditivo:28/02/2019

863457/17	ME	PM Ipaba/MG	Altera contrap: R\$ 2.835,62	T Aditivo:12/03/2019
774703/12	MDS	PM Santa Vitória do Palmar/RS	Altera vigência: 30/03/2019	T Aditivo:28/02/2019
840792/16	MTUR	PM Itumbiara/GO	Altera contrap: R\$ 520,00	T Aditivo:12/03/2019
874696/2018	ME	P M FERVEDOURO	Altera valor contrapartida: R\$961,74	Termo aditivo: 12/03/2019
786076/13	MTUR	PM Viçosa do Ceará/CE	Altera vigência: 01/07/2019	T Aditivo:12/03/2019
819320/15	MCIDADES	PM Croatá/CE	Altera vigência: 12/06/2019	T Aditivo:12/03/2019
848951/17	MCIDADES	PM Capinópolis/MG	Altera contrap: R\$ 988,58	T Aditivo:13/03/2019
878738/2018	MAPA	PM PEDRO LAURENTINO/PI	Altera contrap: R\$ 6.013,70	T Aditivo:13/03/2019
784604/13	MTUR	PM Russas/CE	Altera vigência: 29/05/2019	T Aditivo:13/03/2019
789645/13	MCIDADES	PM Messias/AL	Altera vigência: 30/07/2019	T Aditivo:13/03/2019
829606/16	MCIDADES	PM BELÉM DO BREJO DO CRUZ/PB	Altera vigência: 11/06/2019	T Aditivo:13/03/2019
847376/17	MAPA	PM Sarandi/RS	Altera contrap: R\$ 300,00	T Aditivo:12/03/2019
866448/18	MCIDADES	PM Seberí/RS	Altera contrap: R\$ 23.078,62	T Aditivo:13/03/2019
869589/18	ME	PM Monção/MA	Altera contrap: R\$ 4.875,54	T Aditivo:02/03/2019
1015160-13/807092/2014	CAIXA/ME	PM Moita Bonita/SE	Altera vigência: 29/06/2019	T Aditivo:28/02/2019
1042884-91/2017	MAPA	Município de Novo Repartimento	Altera vigência para 28/07/2019	TA 13/03/2019
842201/2016	ME	PM JAGUARIUNA	ALT VIG 28/06/2019	TA 13/03/2019
824716/15	MCIDADES	PM Sacramento/MG	Altera vigência: 30/11/2019	T Aditivo:13/03/2019
789513/13	MCIDADES	PM Paraíso do Norte/PR	Altera contrap: R\$ 136.240,64	T Aditivo:13/03/2019
0192873-95/06	MCIDADES	PM Embu das Artes/SP	Altera vigência: 13/09/2019	T Aditivo:11/03/2019
0237202-45/2007	CAIXA/MCIDADES	PM Carira/SE	Altera vigência: 23/08/2019	T Aditivo:01/03/2019
803832/14	MCIDADES	PM Frecheirinha/CE	Altera vigência: 30/06/2019	T Aditivo:13/03/2019
858667/17	ANA	PM Santa Teresa/ES	Altera contrap: R\$ 138.712,51	T Aditivo:13/03/2019
0288.930-27/2009	MCidades	Estado de PE/COMPESA	Altera vigência :30/09/2019	Termo aditivo: 28/12/2018
1035.025-08/2016	MCIDADES	PM Lambari/MG	Alt.CP: R\$ 23.084,74	T.Aditivo: 13/03/2019
798046/13	MCIDADES	PM MARCOS PARLENTE/PI	Altera vigência: 27/08/2019	Ex-Ofício:28/02/2019
857212/17	MCIDADES	PM Capela Nova/MG	Altera contrap: R\$ 493,60	T Aditivo:13/03/2019
800001/13	MS	PM Cacoal/RO	Altera vigência: 30/11/2020	T Aditivo:08/03/2019
813533/14	MDS	Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização F	Altera vigência: 30/08/2020	T Aditivo:08/03/2019
814418/14	MDA	Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização F	Altera vigência: 30/11/2020	T Aditivo:08/03/2019
814179/14	MDA	Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização F	Altera vigência: 30/11/2020	T Aditivo:08/03/2019
796581/13	MDA	Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização F	Altera vigência: 30/11/2020	T Aditivo:08/03/2019
814071/14	MDA	Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização F	Altera vigência: 30/11/2020	T Aditivo:08/03/2019
771966/12	ME	PM Machadinho D'Oeste/RO	Altera vigência: 30/04/2020	T Aditivo:08/03/2019
758630/11	MCIDADES	PM Ji-Paraná/RO	Altera vigência: 30/11/2020	T Aditivo:08/03/2019
0300201-78/09	MTUR	PM Alvorada D'Oeste/RO	Altera vigência: 30/11/2020	T Aditivo:08/03/2019
814176/14	MDA	Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização F	Altera vigência: 30/04/2021	T Aditivo:08/03/2019
816877/15	ME	PM Theobroma/RO	Altera vigência: 30/11/2020	T Aditivo:08/03/2019
812801/14	MS	Fundo Municipal de Saúde de Ji-Paraná/RO	Altera vigência: 30/11/2020	T Aditivo:08/03/2019
842317/16	MDA	Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização F	Altera vigência: 30/11/2020	T Aditivo:08/03/2019
825287/15	MAPA	Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia/R	Altera vigência: 30/08/2020	T Aditivo:08/03/2019
760064/11	ME	PM Rolim de Moura/RO	Altera vigência: 30/11/2020	T Aditivo:08/03/2019
813961/14	MDA	Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização F	Altera vigência: 30/08/2020	T Aditivo:11/03/2019
809909/14	MTUR	PM Santa Luzia D'Oeste/RO	Altera vigência: 30/11/2020	T Aditivo:12/03/2019
812801/14	MS	Fundo Municipal de Saúde de Ji-Paraná/RO	Altera vigência: 30/11/2020	T Aditivo:13/03/2019
820591/15	MAPA	Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia/R	Altera vigência: 30/11/2020	T Aditivo:13/03/2019
756337/11	ME	PM Governador Jorge Teixeira/RO	Altera vigência: 30/11/2020	T Aditivo:13/03/2019





PREFEITURA MUNICIPAL DE BAEPENDI

Estado de Minas Gerais

COMUNICAÇÃO

Notifica recursos recebidos do
Governo Federal.

Ref.: CR nº 843.574/2017/ME/CAIXA

O MUNICÍPIO DE BAEPENDI, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, **NOTIFICA OS PARTIDOS POLÍTICOS, OS SINDICATOS DE TRABALHADORES E AS ENTIDADES EMPRESARIAIS COM SEDE NESTE MUNICÍPIO DE BAEPENDI**, da liberação de recursos financeiros, no valor de R\$ 57.853,02 (cinquenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e três reais e dois centavos), recebidos no dia 30 de outubro de 2019, com o objeto de Implantação e Modernização de Infraestrutura Esportiva.

Baependi, 30 de outubro de 2019.


Hilton Luiz de Carvalho Rollo
Prefeito Municipal
CPF - 047.619.058 - 40

Hilton Luiz de Carvalho Rollo
Prefeito de Baependi



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAEPENDI

Estado de Minas Gerais

COMUNICAÇÃO

Notifica recursos recebidos do
Governo Federal.

Ref.: CR.nº 843.574/2017/ME/CAIXA

O MUNICÍPIO DE BAEPENDI, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, **NOTIFICA OS PARTIDOS POLÍTICOS, OS SINDICATOS DE TRABALHADORES E AS ENTIDADES EMPRESARIAIS COM SEDE NESTE MUNICÍPIO DE BAEPENDI**, da liberação de recursos financeiros, no valor de R\$ 185.896,98 (cento e oitenta e cinco mil, oitocentos e noventa e seis reais e noventa e oito centavos), recebidos no dia 07 de janeiro de 2020, com o objeto de Implantação e Modernização de Infraestrutura Esportiva.

Baependi, 08 de janeiro de 2020.

Hilton Luiz de Carvalho Rollo
Prefeito de Baependi

Hilton Luiz de Carvalho Rollo
Prefeito Municipal
CPF: 047.619.058-40